

N^o 77

Coleção

TEXTOS

ACADÊMICOS

Ano 2

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**ESTUDO DA AMBIÊNCIA
POLÍTICA DO PRIMEIRO
IMPÊRIO (1820-1840)**

Maria Jerusa Tinoco Bulhões

*Município
de
Macaé
Rio Grande*

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Filosofia, História e Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, HISTÓRIA E GEOGRAFIA

ESTUDO DA AMBIÊNCIA POLÍTICA DO PRIMEIRO IMPÉRIO
(1820-1840)

MARIA JERUSA TINOCO BULHÕES

Monografia submetida à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme Res. nº 30/81 do CONSEPE, para fins de processo seletivo objetivando a inclusão de Auxiliares de Ensino e Professores Colaboradores na referência inicial da classe de Professor As sistente.

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL

NATAL, JANEIRO DE 1982

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 77

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima

VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto

COORDENADORES DO PROGRAMA: Heloísa Carmen Lordão Monteiro

 Maria Salete Pereira da Silva

 João Afonso do Amaral

EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira

 Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza

 Roberto Anderson da Silva

 José Tavares Filho

Bulhões, Maria Jerusa Tinoco.

 Estudo da ambiência política do primeiro império (1820-1840). Natal, PRAEU, 1982.

 41f.

 Monografia (concurso) Univ. Fed. Rio Grande do Norte.

 1. Brasil - História - I Império, 1822-1931 - Monografias. I. Título.

 CDU 981"1820-1840"(043.3)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma definição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima
Reitor

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de pesquisa no trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica, científica, tecnológica, de ensino de nível superior, de pesquisas científicas realizadas por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que espaço foi criado com a que denominamos "Serviço de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, um comitê composto por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de alta qualidade para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários com livros, dissertações em nível de pós-graduação e Textos Acadêmicos, produzidos pelo grupo de pesquisadores de coordenação do programa, na sede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A partir de 1970, o programa passou a publicar um Caderno Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária rio-grandense.

2 Um programa acadêmico, nas simples e concretas condições de fazer. Na medida em que estabelece um volume qualitativo quando de livros para publicação, agora um de atuação técnica no âmbito nacional para realizá-lo: a opção de publicação para a maioria das obras.

3 A ser reconhecido que a produção intelectual das universidades estaduais é dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos; projetos, currículos acadêmicos, ou é confinada em práticas. Em outras palavras, o trabalho dos trabalhos científicos com os seus valores próprios.

4 Este programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento produzido ou produzido pela Universidade, valorizando o trabalho intelectual dos professores, mesmo quando em que se utiliza a sua aplicação, e outros outros projetos de pesquisa.

Í N D I C E

Pág.

<u>RESUMO</u>	05
<u>INTRODUÇÃO</u>	07
<u>1º CAPÍTULO</u>	
REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA ÀS CORTES DE LISBOA	09
<u>2º CAPÍTULO</u>	
O QUADRO POLÍTICO QUANDO DO NASCER DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO	13
<u>3º CAPÍTULO</u>	
A CRISE DA ABDICAÇÃO	18
<u>4º CAPÍTULO</u>	
A EFERVESCÊNCIA DO PERÍODO REGENCIAL	22
<u>CONCLUSÃO</u>	32
<u>SUMMARY</u>	35
<u>RÉSUMÉ</u>	37
<u>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</u>	39

RESUMO

O presente trabalho questiona a ambiência política do Brasil Império. O tempo histórico abordado é circunscrito entre 1820 e 1840. Toma-se como marco inicial a primeira experiência legislativa de que participaram os brasileiros, e a antecipação da maioria do Imperador em 1840. Analisam-se fatos do Primeiro Império enfatizando as causas que determinaram o 7 de abril. O período Regencial é apreciado como uma etapa que, mesmo transitória e conturbada, trouxe modificações relevantes à História do Brasil.

INTRODUÇÃO

O período político compreendido entre a Representação Brasileira às Cortes de Lisboa e a vitória da campanha da maioria, marca profundamente o processo do surgimento do Estado Brasileiro.

Ultrapassada a fase onde se evidencia uma tentativa de recolonizar o Brasil, a Assembléia Constituinte de 1823 surge com o alvorecer do Estado Nacional. Apesar do malogro da idéia de se fazer votar uma Carta, a Constituinte significa passo decisivo na construção do Estado Brasileiro.

O período regencial é visto, na perspectiva do presente trabalho, não apenas na sua turbulência, mas principalmente, como fazendo surgir as bases sobre as quais iria assentar o Estado Nacional.

Procurou-se fugir do meramente descritivo estudando-se o relacionamento entre os determinantes políticos, econômicos e sociais que fazem eclodir o fato histórico.

A análise procedida se afasta de um enfoque ufanista reconhecendo-se as limitações presentes na História de um povo que mal surgia como elemento de um Estado que apenas se organizara.

Os eventos, são referidos como elos de um processo e não apresentam a relevância conferida por uma História Tradicional. Assim é que ao 7 de abril e ao 7 de setembro não se confere a dimensão de momentos maiores na conjuntura em que nasce o Estado Brasileiro.

1º CAPÍTULO

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA ÀS CORTES DE LISBOA

A primeira experiência legislativa de grande vulto aconteceu para os brasileiros, quando, tendo eclodido a revolução constitucionalista do Porto em 1820, foram convocadas eleições para a escolha da representação do Reino Unido, às Cortes de Lisboa. Anteriormente, a atuação política legislativa dos brasileiros estava restrita às eleições das Câmaras, onde os "homens bons" elegiam os seus representantes à administração colonial.

As eleições foram determinadas pelo decreto de 7 de março de 1821, sendo adotado o sufrágio indireto pelo sistema de três graus. Reunidos em praça pública os "homens bons" nomeavam comissões que escolhiam por sua vez os eleitores paroquiais. Estes, então, designavam os eleitores de comarca, que se dirigiam por fim, numa última instância, à capital da província, para a eleição dos deputados. O sistema utilizado foi copiado da Constituição de Cadiz. Pela situação do Brasil de Reino Unido a Portugal e Algarves desde 16 de dezembro de 1815, esperava-se que sua representação nas assembleias fosse de igual número de deputados da Metrópole. Entretanto, dos 70 eleitos apenas 50 chegaram à Europa, enquanto era de 130 a representação portuguesa. (1)

Dentre os eleitos encontravam-se diversos revoltosos do movimento de 1817. Das 15 províncias que formavam na época o Brasil, só o Rio Grande do Norte não se fez representar, talvez pelo fato de praticamente até 1817 ter vivido a condição de província subalterna.

Antonio Carlos, integrante da bancada paulista composta de 6 deputados, levava um documento contendo instruções precisas de José Bonifácio no sentido de assegurar

igualdade de condições entre o Reino Unido e Portugal. Desejava com isso ressaltar princípios liberais procurando, preservar as vantagens conquistadas pelo Brasil desde 1808. Da mesma ideologia comungavam os representantes de outras províncias, mesmo sem ter havido entendimento pessoal com José Bonifácio.

Não foi das mais significativas a atuação dos brasileiros, principalmente dada a cerrada oposição encontrada em Lisboa, onde se constata haver o firme propósito de vetar tudo aquilo que de alguma maneira pudesse se converter em benefício para a antiga colônia.

Eram claras as tendências recolonizadoras da maioria das Cortes portuguesas, sendo perfeitamente justificável esse comportamento, apoiado na burguesia comercial, que não via condições de resistir a perda da colônia que praticamente servia de sustentáculo a sua economia. As pressões de recolonização se tornaram mais fortes a partir de abril de 1821, bem antes mesmo que a nossa representação parlamentar tivesse lá chegado. Projetos como o de Padre Francisco Muniz Tavares, da representação pernambucana, que pretendia a criação de uma Universidade no Brasil, foi sumariamente rejeitado sob a alegação de ser suficiente a existência de escolas primárias na parte americana da Monarquia. Tal atitude era realmente inadmissível, pois significaria um retrocesso, uma vez que fora o então Príncipe Regente D. João, que havia ordenado o funcionamento "das escolas de ensino superior profissional, com a fundação da Escola de Cirurgia, da Bahia, instituída por Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808 e transformada em 1815, no Colégio Médico Cirúrgico, da Academia Médica Cirúrgi

2º CAPÍTULO

O QUADRO POLÍTICO QUANDO DO NASCER DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO

ca, criada por decreto em 1º de Abril de 1813". (2)

Pela veemência com que combateram a participação do Brasil, nas Cortes, citam-se Fernandes Tomas, Borges Carneiro, Ferreira Borges e outros.

Estes deputados portugueses, numa última análise, podem ser considerados "verdadeiros promotores da separação do Brasil". (3)

No Brasil a reação às intenções recolonizadoras das Cortes de Lisboa tornou-se logo bastante acirrada. Retornar ao antigo status colonial à sujeição dos monopólios e dos excessos fiscais, era algo que a maioria efetivamente não desejava.

Salienta-se por fim, o desempenho dos deputados brasileiros, Antonio Carlos de Andrada, Diogo Antonio Feijó, Cipriano Barata entre outros que se recusaram a assinar a Constituição, quando em Setembro de 1822, esta ficou pronta.

Finalmente, em fins de setembro os representantes do Brasil regressam à Pátria, onde havia saído vitorioso o movimento da independência.

Por ter a independência do Brasil assumido caráter de "arranjo político" (4) onde houve a simples transferência do poder da metrópole para o novo governo o "estado nacional" brasileiro, não vai nascer junto com a ruptura política.

D. Pedro se limitou a chefiar um processo político de pressões e transações da elite, do qual o povo esteve ausente e que de certa forma foi feito contra ele. Tornou-se assim, o então Príncipe Regente um mero instrumento nas mãos hábeis dos verdadeiros promotores da independência, ou seja da burguesia nacional.

Por estas razões as características do "estado brasileiro" só vão ser evidenciadas quando da elaboração do projeto constitucional de 1823.

Apesar de não ter chegado a se converter em lei, o Projeto Constitucional reflete de maneira clara as condições políticas da época. Nele a preocupação em limitar os poderes do Imperador, aparece em oposição ao desejo de valorizar, a representação nacional, sendo este um dos traços mais significativos do novo regime: a soberania nacional em oposição ao monarca.

O caráter classista na "Constituição da Mandioca" ficou evidenciado, apesar de ser uma carta mais liberal do que a Outorgada em 1824. "Concedia-se o direito de voto a todo cidadão casado ou solteiro com mais de 20 anos, mas significativamente se excluíam as que recebessem salários por soldadas. Destes a única exceção era os caxeiros de casa de comércio, os criados da Casa Real mais graduados e os adminis

tradores das fazendas rurais e fábricas.

Impedidos de votar ficavam os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. Votavam, no entanto, os analfabetos, contingência evidente num País em que mesmo os senhores não sabiam ler. É óbvio que a massa escrava era previamente marginalizada." (5)

Mesmo não passando de um projeto do qual apenas reduzida parte foi discutida, evidencia-se como um documento político de considerável valor para o estudo do império brasileiro. Oriundo de uma comissão que legitimamente representava o espírito da Assembléia, no curto período que funcionou, sintonizava com o modo de sentir da constituinte.

No decorrer do Primeiro Império pode-se afirmar que não havia grandes diferenças ideológicas entre as facções políticas. Uma delas, liderada por José Bonifácio, defendia o princípio de que maiores poderes políticos deviam ser concedidos ao Imperador. Temia o Patriarca que se repetisse o caso de Lisboa, onde o legislativo, praticamente anulava a figura do Rei.

Isto se justifica por ser José Bonifácio de formação e convicção altamente conservadoras, chegando a afirmar ... "Jamais me alistarei debaixo das esfarrapadas bandeiras sujas e caóticas da democracia" (6). Vemos que mais tarde, no decorrer da sua vida política as suas tendências antidemocráticas e antiliberais se revelariam abertamente.

Já nos primeiros debates, notava-se claramente uma acentuada e progressiva oposição entre estes partidários das idéias de José Bonifácio e os deputados liberais radicais,

representantes das camadas sociais urbanas. Estes exigiam uma constituição que limitasse o poder do Imperador, e que reconhecesse a necessária autonomia das províncias, permitindo maior participação política das várias classes sociais.

Este grupo era liderado por Gonçalves Ledo.

Numa hábil manobra política, Bonifácio acusa seus opositores de republicanos e portanto conspiradores do regime vigente. Gonçalves Ledo, para não ser preso, foge para Buenos Aires. Posteriormente, ao ser concedida anistia a Ledo e seus seguidores, José Bonifácio e seu irmão Martim Francisco, que ocupavam respectivamente as pasta do Império e Estrangeiros e da Fazenda, demitiram-se e passaram a fazer cerrada oposição ao governo de D. Pedro I.

No contexto político da época, teria sido este o momento histórico em que nasceu a oposição ao governo no Brasil, como Nação independente.

Dissolvida a Assembléia Constituinte a 12 de Novembro de 1823, após a "Noite da Agonia" Tratou-se da elaboração da primeira Carta Constitucional brasileira. A Carta Outorgada de 1824 pode ser considerada como sendo ao mesmo tempo absolutista, segundo o modelo Europeu que copia; e liberal, sem que exista contradição entre os dois elementos. As palavras de D. Pedro são esclarecedoras: "*Julgam ver nesta segunda Câmara um asilo da democracia, porque ignoram que o perfeito sistema constitucional consista na fusão da monarquia, da aristocracia e da democracia.*" (7) É que D. Pedro considerava como sendo democracia o direito de participação política a um elite reduzidíssima de representantes das classes dominantes,

sem as quais não haveria condições de governo.

Conclui-se por afirmar que o primeiro Império, em nenhum momento conheceu qualquer organização partidária. Ha via é certo, deputados de tendência liberal e outros de incli nação conservadora, mas isso era decorrente da formação cultu ral e psicológica de cada um. Não se reuniam em correntes ho mogêneas para discutir ou votar as matérias, nem haviam sido eleitos por causa de algum compromisso com as ideologias libe rais ou conservadoras do tempo.

3º CAPÍTULO

A CRISE DA ABDICAÇÃO

Afirma-se com segurança que a difícil situação financeira do Primeiro Reinado, aliada às contradições ideológicas vão ser responsáveis pela crise que antecedeu a abdicação.

A ausência de planejamento orçamentário, o de equilíbrio entre receita e despesa, somados a inoperância da fiscalização tributária, atestam as dificuldades que levaram o Império ao caos econômico.

O ideário da época evidencia a fusão do liberalismo com o nacionalismo, assumindo caráter de movimento popular libertário e nativista. Este nativismo, expresso principalmente num antiluzitanismo exaltado, vai ser sem dúvida a tônica da oposição.

O Nacionalismo do primeiro reinado era político e não econômico, isto é, procurava consolidar a independência política e por isso combatia a influência portuguesa que se fazia sentir fortemente em torno do imperador. Tal nacionalismo não cogitava, ainda, do desenvolvimento e da libertação econômica e, por isso, não se manifestava contra o virtual monopólio inglês sobre a nossa economia. Não há referência de contestação ao Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre Portugal e Inglaterra em 1810. O Brasil independente recebeu esta "herança" que durante muito tempo impediria o seu desenvolvimento industrial.

Contribuiu ainda para a crise que culminou com o "7 de abril" a contradição existente entre o Senado e a Câmara. No primeiro, onde a maioria dos seus membros vinha ocupando cargos desde a administração colonial, predominava

uma mentalidade conservadora, explicáveis pela idade, posição social e passado político. No decorrer do primeiro Império, o Senado vai se afirmar como um órgão tremendamente reacionário. Em oposição, na Câmara, predominava uma mentalidade liberal. Este descompasso ideológico entre Senado e Câmara vai prosseguir, mesmo depois de efetivada a abdicação.

Acredita-se ainda relevante no contexto da abdicação, o abuso do exercício do Poder Moderador, onde levanamente D. Pedro I, demitia e nomeava ministros.

A própria conduta pessoal do Monarca, pesou na conjuntura do 7 de abril. D. Pedro governando em nome de um autêntico "*partido português*", enfrentando a oposição crescente de um "*partido brasileiro*" não foi capaz de encaminhar satisfatoriamente os complexos problemas políticos e econômicos que o nosso Império trouxe no seu bojo.

Embora tivesse conseguido, com apoio da Inglaterra derrotar o movimento Liberal e Republicano, eclodido no Nordeste em 1824 como a "*Confederação do Equador*", a história do seu governo depois de 1824, é a história do esvaziamento político que o levaria a abdicar o trono do Brasil em favor do seu filho.

Por volta de 1830, a situação do Imperador parecia já insustentável.

As denúncias e críticas, o monarca respondia com violência e repressão, como ficou evidenciado no brutal assassinato de Líbero Badaró, redator chefe do principal jornal paulista de oposição, "*O Observador Constitucional*". D. Pedro, sem saber se poderia contar com a força das armas para

reprimir a onda de protestos, resolveu usar o suposto prestígio do trono e da Coroa para pacificar os adversários.

Com esse objetivo, iniciou uma excursão por províncias, indo primeiramente a Minas. Depois de recebido friamente em São João D'El Rey, Sabará e Vila Rica, retornou ao Rio de Janeiro, onde foi recebido entusiasticamente pelos "portugueses". Entretanto, os festejos dos dias 12 e 13 de Março de 1831 degeneraram em desordens provocadas pelos "brasileiros". É a "Noite das Garraçadas" que vai indicar o clima de tensão popular diante da situação do Império.

4º CAPÍTULO

A EFERVESCÊNCIA DO PERÍODO REGENCIAL

A Regência pode ser caracterizada como uma das etapas mais tumultuadas da História do Brasil. A sucessão de levantes, motins, revoluções federativas e crises institucionais, atestam as dificuldades do período vivenciado pelo Brasil entre 1831 e 1840.

A sociedade brasileira já comportava por esse período, uma verdadeira massa de homens livres brancos, mulatos, mestiços, pardos, negros forros, ocupados nas mais diversas atividades agrárias e urbanas. Essa população era porém, marginalizada politicamente, ou então, utilizada esporadicamente, como massa de manobra por facções da camada dominante, em movimentos e lutas, que só se preocupavam pela realização dos seus interesses.

No início do Período Regêncial é de grande significação a atuação do Ministro da Justiça, o Padre Diogo Antônio Feijó, que aparece como a figura central do movimento. Dotado de um espírito autoritário, enérgico ao extremo, soube Feijó enfrentar a agitação que convulsionava o País, impedindo que o Império chegasse a uma desagregação política e social.

Para debelar as insurreições do período regencial, exigiu o Ministro que a Câmara lhe concedesse amplos poderes.

Dentre as medidas tomadas por Feijó cita-se a criação de um batalhão da elite que passou logo a ser denominado "*Batalhão Sagrado*".

Este, sob o comando do então major Luís Alves de Lima e Silva, era composto só de oficiais do Exército, de

parentes e agregados dos comerciantes e proprietários do Rio de Janeiro. O "Batalhão Sagrado" também conhecido como "Bravos da Pátria", foi o embrião da Guarda Nacional que garantiu a ordem interna até o fim do Império.

Justificando a necessidade da criação deste batalhão, Feijó assim se expressou perante a Câmara dos deputados: "seis mil cidadãos armados, seis mil cidadãos não da qualidade dos que a 16 de julho derramaram a consternação na capital, mas seis mil proprietários e industriais, que representam cada um, família e bens, que constituem a massa das mais populosas e ricas cidades do Império, têm declarado não poderem sofrer a inquietação e o sobressalto, os incômodos e prejuízos que lhes causaram os anarquistas". (8).

À medida que a agitação se espalhava pelas províncias, criava-se a guarda em todo território Nacional.

Sua composição social era basicamente de elite. Os oficiais de alta patente eram eleitos, fato que os colocava no jogo de poder das facções locais e provinciais, acostumando-os ao arbítrio e a prepotência sobre as populações de cada vila. A designação do termo "coronel", atribuída ao chefe político local, que alcançaria sua plenitude na República Velha, tem aí sua origem.

Para um estudo mais objetivo, os nove anos da Regência são divididos em três períodos bem caracterizados, como fez o historiador Afonso Arinos de Melo Franco. (9)

O primeiro período é o da regência trina, com predomínio meio anárquico dos ideais federalistas e liberais, sempre em choque com as pretensões absolutistas e restaurado

ras. Prolonga-se esta etapa até 1834 com o advento do Ato Adicional, primeira reforma constitucional que o Imperio conheceu.

A segunda fase vai de 1834 a 1837.

O que vai caracterizar esta etapa é a instituição da regência Una e eletiva.

Finalmente, o último período transcorre entre 1837 e 1840, nele seria intensificada a campanha da Maioridade, que acabou por colocar no trono um príncipe de apenas catorze anos.

Um estudo sobre o período regencial careceria de significado sem uma referência ao nascimento dos partidos políticos. Mesmo antes do 7 de abril, pode-se distinguir na legislatura iniciada em 1826, o germe de partidos que se caracterizariam alguns anos mais tarde. Indica-se a existência de um grupo político denominado "exaltado" ou "farrroupilha". Na chamada Regência Trina (1831-1834) identifica-se com mais clareza a existência das facções partidárias. São os liberais moderados ou "chimangos", grupos situacionistas que se opunham aos já mencionados "exaltados" ou "farrroupilhas". Um terceiro partido, surgido no Período Regencial foi o "Caramuru" ou "Restaurador", que desejava o retorno ao governo do Brasil do ex-imperador Pedro I, então Duque de Bragança. É interessante frisar que cada um desses partidos tinha um clube encarregado da sua divulgação. A sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, congregava os seguidores do partido Moderado, enquanto a Sociedade Federal e a Sociedade Militar, agrupavam em seu redor os Exaltados e os Caramurus respectivamente.

te. O partido Restaurador ou Caramuru foi o primeiro a desaparecer por razão óbvia. Falecendo em 1834 o Duque de Bragança, perdeu totalmente a sua razão de ser.

Já no ocaso do conturbado período regencial, surge um outro partido. Visando obter maior apoio político, em vão Feijó tenta sem êxito a criação de um partido que seria denominado de "*Progressista*". Paralelamente seus opositores se organizam num partido que seria chamado de "*Regressista*". Dele faziam parte antigos restauradores e liberais descontentes com o governo regencial.

Posteriormente este grupo "*Regressista*" vai dar origem ao *Partido Conservador* de grande importância na política do Segundo Império.

Os liberais exaltados chamados por Nelson Verneck Sodré de "*esquerda liberal*" (10) propagavam por reformas políticas mais profundas. Entre elas a abolição definitiva do Poder Moderador, pela extensão do direito do voto, contra a vitaliciedade do Senado, e finalmente por maior poder para as províncias. Essa descentralização política foi o traço mais característico das pretensões dos liberais.

Importante destacar que os exaltados tinham seus propósitos políticos voltados não para a elite, e sim para as massas populares agitadas com o 7 de abril. O fato de se ligar ao povo valeu para os exaltados, o apelido visivelmente conservador de "*farrroupilhas*" isto é, vestidos de farrapos. Esta designação fora usada antes pela primeira vez para o deputado brasileiro às Cortes de Lisboa, Cipriano Barata, pela simplicidade com que trajava objetivando irritar os deputa

dos portugueses. Desta afirmativa discorda o historiador Hélio Vianna que considera a denominação "farroupilha" como uma alusão aos "gueux" (maltrapilhos) nome dos revolucionários dos Países Baixos. (11)

O grupo mais importante da vida parlamentar da regência até 1835 foi sem sombra de dúvida o dos "Liberais Moderados".

Mais Liberais do que Moderados, vivenciavam todas as deformações e mal entendidos que o liberalismo brasileiro apresentava. Queriam antes de mais nada, manter seus privilégios, o exclusivismo na participação política, a dominação escravista em todos os seus aspectos.

Entretanto, estavam dispostos a fazer algumas reformas para conservar o essencial, modificar alguns aspectos da Constituição em sentido liberal, para evitar um futuro despotismo.

Engrossando as fileiras dessa facção política, estava a maioria da aristocracia agrária brasileira, que naquele momento estava desejosa de reforçar os poderes locais e representação nos municípios e províncias, para evitar o excessivo domínio do centro. Esse grupo crescia numericamente, à medida que se esvaziavam os restauradores e se enfraqueciam os exaltados, devido a repressão.

Os Caramurus ou Restauradores que se caracterizavam por preconizar a volta do Imperador e do absolutismo disfarçado que ele encarnara, poderiam ser rotulados como uma "direita conservadora". Diante das agitações populares, logo qualificada de anarquia, os restauradores propunham a volta à

"Ordem". Eram liderados por José Bonifácio de Andrade e Silva, que depois de combater o Imperador com veemência aproximara-se oportunisticamente dele, no fim do seu governo e conseguiu ficar como tutor de D. Pedro de Alcântara.

Os restauradores tinham uma estreita base social: a nobreza burocrática, a alta burocracia de Estado e os comerciantes portugueses.

Representavam o reacionarismo mais ultrapassado, não tendo força para nada mais efetivo do que assustar a elite proprietária com o fantasma da anarquia e da subversão.

A posição vacilante do regente com relação a autonomia das províncias, manifestando, por fraqueza, ser partidário de uma interpretação muito ampla da tendência federalista do Ato Adicional, fortalecia os "Regressistas". Esse grupo, era formado pelos representantes das poderosas oligarquias que emergiam no Rio e em São Paulo, com a expansão do café. Este, como já foi enunciado, vai dar origem aos "Conservadores". Pregavam principalmente os "Conservadores" a centralização, a resistência às mudanças, manutenção do poder Moderador, o restabelecimento do Conselho de Estado e finalmente o monarca reinando, governando e administrando.

Concretamente, queriam pois os "Conservadores" acabar com o liberalismo político, fortalecendo a autoridade do poder central. Desejavam ainda pôr fim ao liberalismo econômico, pronunciando-se contra os tratados livres cambistas, querendo o protecionismo alfandegário ou seja, tarifas altas para os produtos importados.

Era portanto um ideário de tendência franca

mente absolutista.

Nesta época de grande efervescência política, quando o descrédito e o desrespeito eram tão claros, a existência de elementos que não se filiavam a nenhum partido. Estavam divididos em dois grupos: os "*Marombistas*" que votavam ora contra, ora a favor do governo; e os "*Caramujos*" que na hora de votação de matéria de grande interesse da Nação, se escondiam e faltavam às sessões.

No contexto regencial não deve ser esquecido o papel desempenhado pela imprensa que vai refletir de maneira muito clara a conjuntura do período. A presença do que seria denominado hoje de "*imprensa marrom*", vai marcar de forma decisiva o jornalismo da época. A própria denominação dos pasquins, cuja linguagem violenta e geralmente apelando para ataques pessoais é o testemunho mais eloquente dessa afirmativa. Dentre os jornais "*Farrroupilhas*, temos entre outros: "*A Malagueta*, "*O Cabrito*" o "*Burro Magro*" etc. Refere-se dentre os jornais *Caramurus* "*O Martelo*", "*O Brasil Aflito*", "*O Macaco*" ou "*O Palhaço da Oposição*" etc. Os jornais situacionistas ou seja os liberais moderados que numa linguagem mais serena, tinham denominação menos agressiva, tais como "*Aurora Fluminense*", "*O Astrêia*" e "*O Sete de Abril*".

É a antecipação da maioria de Pedro II que vai pôr fim ao conturbado Período regencial.

Esta campanha politicamente foi um golpe dos liberais na regência conservadora, então exercida por Pedro de Araújo Lima.

De acordo com o que determinava a Constituiç

ção, o Imperador atingiria a maioria ao completar 18 anos, o que ocorreria no dia 2 de dezembro de 1843. Funda-se então, por proposta de José Martiniano de Alencar, a Sociedade Promotora da Maioridade, que pretendia originalmente ser uma sociedade secreta, logo se tornou pública e passou a ser chamada de "Clube da Maioridade". Sua finalidade era precisamente obter a dispensa da idade exigida pela lei, para que D. Pedro II assumisse o governo. As revoluções e motins surgidos neste período haviam desiludido e desprestigiado os liberais exaltados.

Paralelamente, desenvolve-se na rua uma campanha, na qual se espalhavam panfletos agitando a opinião pública.

As manifestações maioristas em 1840 ganhavam a "Câmara" e as ruas, com a conivência do futuro Imperador.

O regente Araújo Lima, tentando evitar uma nova votação sobre a antecipação proposta por Antônio Carlos, resolveu adiar as sessões parlamentares até 20 de novembro. A Câmara acatou o decreto de adiamento. No entanto, o Senado vetou esta proposta através do Marquês de Paranaguá, que se opôs a eletivar a própria leitura da petição de adiamento. Encaminharam-se então os deputados ao Senado, onde deliberaram constituir uma comissão para levar ao imperador o pedido para que concordasse em ascender ao trono. Araújo Lima tentou ainda, transferir a antecipação da maioria para o dia 2 de dezembro, quando o príncipe completaria 15 anos.

Vitoriosa a campanha da maioria, entenderam os seus artífices que ela possibilitou a reconstituição

de um poder neutro não partidário, capaz de restringir a disputa entre conservadores e liberais no Parlamento e alternância na formação de gabinetes.

Assim, sem grandes conflitos, liberais e conservadores promoveram o golpe que antecipou a maioria do Imperador. Manteve-se com isso, a fórmula salvadora da monarquia e os privilégios da aristocracia rural.

Restabelecia-se a "paz" no Império.

CONCLUSÃO

A análise do presente trabalho conduz às seguintes conclusões:

— O primeiro Reinado pode ser definido como um período de transição no qual a reação portuguesa, apoiada no absolutismo precário do soberano, conseguiu se conservar no poder. Esta situação encontraria dois caminhos para a sua solução: ou a vitória da reação através da volta do País ao sistema de colônia que vivenciara ou pela consolidação definitiva da autonomia brasileira. Com o 7 de abril de 1831 enveredou pelo segundo caminho.

— A fase regencial embora não explicitasse o regime parlamentar, assistiu à condensação das correntes de opinião dentro do parlamento, que vão determinar o nascimento dos partidos políticos. Foi portanto durante a regência que apareceram facções partidárias pois, o absolutismo de D. Pedro ensejava apenas a existência de uma corrente opositora ao seu governo.

— Os partidos políticos, durante a fase estudada, aceitavam todos uma filosofia liberal e admitiam, como perfeitamente válidos, os pontos de vistas correntes no século. E se mesmo constantes reformas liberais foram realizadas por ministérios conservadores, a razão deve ser procurada no espírito liberal subjacente a todas as posições partidárias. As raras diferenças entre partidos, são evidenciadas nos aspectos seguintes. Enquanto os liberais procuravam realizar os ideais do tempo, através da subordinação da autoridade ao sufrágio popular, os conservadores defendiam a monarquia com suas prerrogativas essenciais em nome do princípio liberal da imparcialidade e da neutralidade do Estado. Os parti

dos pouco se diferenciavam quanto a métodos e processos de "fazer política". Cabe ressaltar uma tradição comumente atribuída aos partidos políticos brasileiros, a de "não serem partidos políticos", mas, apenas "organizações partidárias" despidas de diferenças ideológicas. Extrapolando o período estudado, pode-se, reforçando a afirmativa, constatar que as divergências ideológicas concretas apenas são assinaladas, quando da coexistência da Aliança Libertadora Nacional, e do Integralismo aproximadamente em 1935.

— A última conclusão a que se pode chegar é quanto à formação do "Estado brasileiro". Esse não se consolidou quando do 7 de setembro ou 7 de abril, pois como foi mencionado, a nossa emancipação política foi realizada pelo próprio representante da monarquia lusa. Vamos encontrar as características do "Estado brasileiro", quando da elaboração do Projeto Constitucional de 1823. É no período regencial porém, na sua turbulência, quando a solução republicana podeira ter sido adotada que vai se consolidar o "Estado brasileiro". Foi necessário a existência de um regime de excessão como foi o Período Regencial para alicerçar as bases do Brasil como uma nação politicamente autônoma.

This study questions the political system of the brazilian empire. The historical period between 1820 and 1840 was studied. The inicial point is considered to be the first legislative experience where there was on effective brazilian participation and the antedate of the emperor majority in 1840.

Some occurrences of the first empire are analyzed and the facts that determind the 7th of april are emphasized. The regency period is studied as an situation that even transitory, caused important modifications in the brazilian history.

RÉSUMÉ

Ce travail soulève la question de l'ambiance politique du Brésil Empire. Le temps historique en cause est circonscrit entre 1820 et 1840. On peut prendre comme point départ la première expérience législative dont ont participé les brésiliens et l'anticipation de la majorité de l'Empereur en 1840. Des faits du Premier Empire sont analysés en mettant en relief les causes qui ont déterminé le 7 avril. La Régence est appréciée comme un moment qui, quoique troublé et transitoire qu'il soit, apporte des transformations importantes à l'Histoire du Brésil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1 - MENDES JR, et alli - Brasil História Texto e Consulta - vol. II. 2^a edição. Editora Brasiliense - São Paulo 1979.
- 2 - AZEVEDO, Fernando - Cultura Brasileira - Introdução ao da Cultura no Brasil. 4^a edição. Edição Melhoramentos. São Paulo. 1964. p. 377.
- 3 - SÁ, D. José de Almeida Correia - D. João VI e a Independência do Brasil. Editora Lavradio - Lisboa - 1957 pp. 46/47.
- 4 - PRADOJR, Caio - Evolução Política do Brasil e outros Estudos - São Paulo - 6^a edição - Editora Brasiliense - São Paulo - 1969
- 5 - COSTA, Emilia Viotti da, José Bonifácio Homem e Mito. in 1822 "Dimensões", Editora Perspectiva - São Paulo 1972 p. 127.
- 6 - COSTA, Emilia Viotti da, op. cit. pp. 107/108
- 7 - FAORO, Raymundo. "Os donos do poder". Editora Globo. Porto Alegre. 1975. p. 292.
- 8 - PRADO JR, op. cit. pp. 60/61.
- 9 - ARINOS, Afonso e Janio Quadros. História do povo brasileiro. 2^a edição. vol. 4 - J: Quadros Editores Culturais S.A. São Paulo. 1968. p. 161.

- 10 - SODRE, Nelson Werneck - As razões da Independência - Civilização brasileira - Rio de Janeiro. 1957. p. 203.
- 11 - VIANNA, Hêlio - História do Brasil - Edições Melhoramentos - 13^a edição. 1977. p. 451.

